

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2011
(do Sr. Guilherme Campos)

Solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre os custos nos últimos dois anos, por estado da federação, da Polícia Federal e do Departamento da Polícia Rodoviária Federal na armazenagem de produtos ilegais apreendidos pela Polícia Federal e pela Polícia Rodoviária Federal.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados solicito a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, pedido de informação a respeito dos custos, nos últimos dois anos e por estado da federação, da Polícia Federal e do Departamento da Polícia Rodoviária Federal na armazenagem de produtos ilegais, objeto do crime de pirataria.

Acerca do tema, indaga-se:

- 1) Informar a quantidade de bens objeto de pirataria em posse da Polícia Federal;
- 2) Informar os custos, nos últimos dois anos e por estado da federação, com a guarda em depósitos de bens objeto do crime de pirataria apreendidos pela Polícia Federal.
- 3) Informar a quantidade de bens objeto de pirataria em posse da Polícia Rodoviária Federal;
- 4) Informar os custos, nos últimos dois anos e por estado da federação, com a guarda em depósitos de bens objeto do crime de pirataria apreendidos pela Polícia Rodoviária Federal.
- 5) Informar qualquer outro dado relacionado aos custos de armazenagem de bens apreendidos objeto de pirataria.

JUSTIFICATIVA

Atualmente o Código de Processo Penal dispõe que os bens apreendidos somente poderão ser destruídos quando da prolação da sentença condenatória; regra essa que visa a preservação do corpo de delicto.

Dispõe também o CPP que os titulares dos direitos violados serão os fieis depositários dos bens apreendidos. Todavia, não é sempre que se encontram os titulares e o Estado acaba por ser o depositário desses bens.

Essa regra gera enormes custos ao erário, uma vez que a persecução penal pode levar anos.

Nesse sentido e com a finalidade de modernizar a legislação processual penal, entendendo necessário que a pericia seja realizada por amostragem dos bens apreendidos e, caso constatada a contrafação, seja determinada a destruição dos bens apreendidos, com a guarda somente dos bens periciados.

Vale salientar que o CNCP, sensibilizado com o número exorbitante e cada vez maiores de produtos piratas apreendidos em todo o País, elaborou projeto de lei (PL 8.052/2011), cujo objeto é a destruição dos produtos ilegais apreendidos após a elaboração do laudo pericial feito com base em uma amostragem do total apreendido.

Com a finalidade de embasar a aprovação do projeto de lei acima, necessário colher informações sobre os custos do Estado com a guarda desses bens. Daí a apresentação do presente requerimento e informação.

Sala das Sessões, em de setembro de 2011.

Deputado Guilherme Campos